



OGE
FLS. 08

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual de Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado pelo [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 057/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido à Secretaria da Segurança Pública, número SIC em epígrafe, solicitando informações relativas às mortes decorrentes de intervenção policial por distrito policial da capital.
2. A Pasta se manifestou após interposição de recurso hierárquico, informando que os dados requeridos vão além dos já sistematizados, aduzindo apenas organizar dados por Departamento, e não por Distrito. O interessado, então, interpôs o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, cumpre lembrar que o dever informacional do ente público não se exaure com a mera alegação de que o atendimento pleno da demanda exigiria tratamento de dados. Ainda que as informações pretendidas não estejam disponíveis nos moldes solicitados, persiste a obrigação subsidiária de conceder acesso à informação primária, entendida como aquela coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, conforme definição do artigo 4º, inciso IX, da Lei n. 12.527/2011.
4. É esse o entendimento externado também pela Consultoria Jurídica da Pasta: “Ante o exposto, à luz da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da regulamentação que o diploma recebeu no Estado de São Paulo pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, entendo que o pedido de informações que envolva análise, consolidação ou interpretação de dados **não pode ser negado de plano pela Coordenadoria de Análise e Planejamento, a qual deverá fornecer unicamente os documentos e fontes primárias e íntegras, no sentido acima esposado, de que dispuser.** Não realizará ela mesma, portanto, o tratamento de dados solicitado pelo postulante, mas atenderá o seu pedido fornecendo-lhe os meios para que o faça”.
5. Cumpre registrar que, caso o órgão compreenda que as fontes primárias podem ter seu acesso restrito, deve considerar a possibilidade de se franquear acesso nos termos do artigo 15 do Decreto nº 61.836, de 18 de fevereiro de 2016, o qual disciplinou o acesso a informações pessoais nas hipóteses previstas no §3º do artigo 31 da Lei, merecendo destaque a realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

público ou geral (inciso II), a defesa de direitos humanos (inciso IV) e a proteção do interesse público e geral preponderante (inciso V)¹.

6. Alternativamente, pode-se atender à demanda por meio da previsão contida no §2º do artigo 7º, segundo o qual “quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo”.
7. No caso em tela, a necessidade de trabalhos adicionais para a produção de extrato contendo a identificação do boletim de ocorrência e o correspondente distrito policial não é suficiente para justificar a negativa de acesso, porque o acesso por meio de extrato está expressamente previsto no texto legal, e a fundamentação de negativa de acesso na inexigibilidade de tratamento de dados não pode ocorrer de forma automática, sendo necessária a demonstração da onerosidade excessiva e evidente desproporcionalidade do pedido, a ponto de acarretar prejuízos às atividades desempenhadas regularmente pelo órgão.²
8. Registre-se que o próprio Secretário da Segurança Pública já se manifestou no mesmo sentido, em recurso no âmbito do Protocolo SIC 8309216560: “em que pese a SSP não possuir prévia tabulação em relação aos dados solicitados, o trabalho adicional necessário não fere a razoabilidade, devendo prevalecer a publicidade e transparência das informações públicas, que, nessa hipótese, não apresentam dados pessoais ou sigilosos.” Raciocínio análogo pode ser aplicado ao caso em análise, considerando que o pedido não trata de grande volume de informações cuja oferta comprometeria o adequado funcionamento do órgão, especialmente considerando o grau de informatização da base de dados em questão.
9. Ante o exposto, **conheço do recurso e dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, bem como no artigo 7, §2º, da Lei nº 12.527/2011, devendo a Secretaria da Segurança Pública, nos termos do §2º do artigo

¹ Artigo 15 - O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º - A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º - Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

² Caminham no mesmo sentido as decisões da Controladoria Geral da União: “[...] nem todo pedido de acesso à informação que exige certo trabalho adicional de análise ou de interpretação deve ser negado. Para que um órgão ou entidade pública se negue a fornecer uma informação com base na parte inicial desse dispositivo é necessário demonstrar que os procedimentos para a produção da informação impactariam as suas atividades rotineiras de forma negativa, da mesma forma que é feita nos pedidos desproporcionais. Assim, deve-se fazer uma análise de ponderação com base nas vantagens e desvantagens que esse trabalho pode auferir.” Cf. *Aplicação da Lei de Acesso à Informação em recursos à CGU*, p. 44.

5



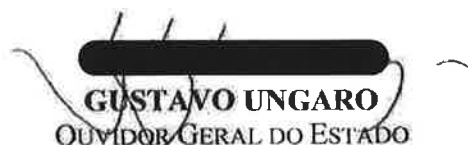
OGE
FLS. 10

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.

10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 26 de fevereiro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

GSC